

PÓS-EDITAL



SIMULADÃO

TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO

PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO



Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 7.

Leonardo da Vinci: o maior procrastinador da história

Da Vinci quase nunca terminava seus trabalhos. Mas por trás da procrastinação intensa está o segredo da sua multidisciplinaridade

Leonardo da Vinci pintou uma das obras mais emblemáticas da história: a Mona Lisa. Oficialmente, a moça do sorriso enigmático e olhar sedutor demorou 3 anos para ser pintada — entre 1503 e 1506 —, mas pesquisadores acreditam que Leonardo ficou finalizando o retrato até 1519, ano de sua morte. Segundo biógrafos, a pintura que hoje é o carro chefe do Louvre está inacabada. E esta é apenas uma das provas que indicam que Da Vinci era um procrastinador notório.

Claro, ele era um gênio, e talvez apenas tivesse ideias demais para uma cabeça só. Mas meio milênio após sua morte, uma nova pesquisa identificou uma possível explicação por trás da série de projetos incompletos que o artista da Renascença deixou ao longo da carreira: Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, ou TDAH.

Escrevendo no periódico inglês *Brain*, pesquisadores do King's College London e da Universidade de Pavia, na Itália, consultaram evidências históricas, incluindo relatos de contemporâneos de Leonardo, e concluíram que seus problemas com administração do tempo, concentração e procrastinação poderiam ser atribuídos ao déficit.

"Embora seja impossível fazer um diagnóstico post-mortem para alguém que viveu há 500 anos, estou confiante de que o TDAH é a hipótese mais convincente e cientificamente plausível para explicar a dificuldade de Leonardo em terminar suas obras", disse Marco Catani, um dos autores do estudo.

Os pesquisadores destacam a tendência de Leonardo de mudar constantemente de projeto, bem como seu hábito de trabalhar continuamente durante a noite, raramente dormindo profundamente — segundo biógrafos, ele alternava ciclos rápidos de cochilos curtos durante toda a noite.

No estudo, há também outras características do renascentista que batem com o possível diagnóstico tardio. Os cientistas contam que Leonardo era canhoto — e também que sobreviveu a um derrame no hemisfério esquerdo aos 65 anos. Só que todas suas funções cognitivas (e geniais) ficaram intactas. Os pesquisadores acreditam que as duas coisas poderiam estar relacionadas. Da Vinci pode ter "concentrado" muitas de suas funções cerebrais em um hemisfério do cérebro, justamente o que não foi afetado pelo AVC. É uma característica rara, presente em menos de 5% da população.

Além disso, diversas pesquisas sugerem que Da Vinci tinha dislexia, devido a erros de ortografia e escrita espelhada em seus cadernos. Essa dificuldade de aprendizagem é frequentemente diagnosticada ao lado do TDAH. "Dominância hemisférica atípica, canhoto e dislexia são mais prevalentes em crianças com distúrbios de aprendizado, incluindo TDAH", escreveram os autores.

Os cientistas ainda pontuam que a genialidade de Leonardo pode ter se beneficiado dessa condição. "Nos tempos modernos, um diagnóstico de TDAH prescinde do nível de habilidade intelectual e é cada vez mais reconhecido entre estudantes universitários e adultos com carreiras bem-sucedidas. Indiscutivelmente, se positivamente canalizado, algumas características do TDAH podem trazer uma vantagem: a mente vagando pode alimentar a criatividade e a originalidade; a inquietação pode mover-se para buscar novidades e ação pelas mudanças", escreveram os autores.

Revista Superinteressante. Leonardo da Vinci: o maior procrastinador da história.

Adaptado. Disponível em <<https://super.abril.com/cultura/leonardo-da-vinci-o-maior-procrastinador-da-historia/>>.

QUESTÃO 1

Considere as seguintes afirmações:

- Projetos inacabados de Leonardo da Vinci sugerem que o artista era procrastinador.
- Há evidências de que a procrastinação de Leonardo da Vinci decorreu de seu AVC, aos 65 anos.
- A procrastinação é uma das características atribuídas a Leonardo da Vinci relacionada ao Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) pelos pesquisadores.

Aquela(s) que pode(m) ser concluída(s) a partir do texto apresentado é (são) apenas:

- I.
- II.
- III.
- I e III.

QUESTÃO 2

No trecho "No estudo, há também outras características do renascentista que batem com o possível diagnóstico tardio", o uso do verbo "bater" revela a figura de linguagem:

- anacoluto.
- polisíndeto.
- metáfora.
- elipse.

QUESTÃO 3

A expressão "além disso", empregada em "Além disso, diversas pesquisas sugerem que Da Vinci tinha dislexia [...]", atua, no texto, como recurso de coesão sequencial. A expressão dada a seguir que poderia substituí-la, sem prejuízo de valor e desempenhando a mesma função textual, é:

- ademais.
- outrora.
- apesar de.
- entretentes.

QUESTÃO 4

A qualidade atribuída a Leonardo da Vinci, de "o maior procrastinador da história", no título da reportagem, se apresenta de forma:

- superlativa relativa de inferioridade.
- superlativa relativa de superioridade.
- superlativa absoluta sintética.
- superlativa absoluta analítica.

QUESTÃO 5

Considere o seguinte excerto: "Claro, ele era um gênio, e talvez apenas tivesse ideias demais para uma cabeça só". São advérbios que ocorrem no trecho apresentado somente as palavras:

- demais; só.
- talvez; apenas; demais.
- talvez; apenas; demais; só.
- gênio; cabeça; só.

QUESTÃO 6

No excerto "segundo biógrafos, ele alternava ciclos rápidos de cochilos curtos durante toda a noite", a palavra "segundo" é um(a):

- numeral cardinal.
- numeral ordinal.
- conjunção.
- preposição.

QUESTÃO 7

A vírgula empregada ao final do trecho "[...] mas pesquisadores acreditam que Leonardo ficou finalizando o retrato até 1519, ano de sua morte" tem a função de:

- separar um vocativo.
- separar um aposto.
- separar um adjunto adverbial.
- separar uma oração justaposta assindética.

QUESTÃO 8

Analise as sentenças a seguir e assinale aquela em que o vocábulo "a" deve receber obrigatoriamente o acento indicativo de crase.

- A) Essas expressões garantem coesão a escrita.
- B) Em seu discurso, ele agradeceu a Paula, a quem chamou de melhor amiga.
- C) O abaixo-assinado foi encaminhado a diversas associações de proteção animal.
- D) O professor mandou lembranças a sua mãe, quando soube de seu tratamento.

QUESTÃO 9

Analise o enunciado a seguir e assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente suas lacunas apresentadas. Mesmo que não indícios de que eles foram os culpados do crime, muitas pessoas essa suspeita. Já muitos anos que a mídia deixou de falar sobre o caso.

- A) haja; têm; fazem.
- B) haja; têm; faz.
- C) haja; tem; faz.
- D) hajam; têm; fazem.

QUESTÃO 10

A alternativa em que ocorre uma oração subordinada reduzida de gerúndio, de sentido condicional, é:

- A) Mesmo se apressando, não conseguiu fugir da chuva.
- B) Estudando todos os dias, terá notas mais altas na escola.
- C) Terminado o expediente, fui para casa.
- D) Fugiu do manicômio sem ser visto.



QUESTÃO 11

Em um levantamento feito, ao consultar os 158 funcionários de uma empresa, constatou-se que um total de 38 deles possui conta no banco Alfa, um total de 57 possui conta no banco Beta e um total de 14 possui conta nesses dois bancos. Quantos funcionários dessa empresa não possuem conta no banco Alfa nem no Beta?

- A) 49
- B) 56
- C) 63
- D) 77

QUESTÃO 12

Se Ana dança, então Marcelo joga futebol. Se Marcelo joga futebol, então Carol faz ginástica artística. Se Carol faz ginástica artística, então Valentin não dança jazz. Se Valentin não dança Jazz, então Enzo toca violão. Ora Enzo não toca violão, pode-se afirmar que:

- A) Ana dança e Marcelo não joga futebol.
- B) Carol faz ginástica artística.
- C) Valentin dança jazz.
- D) Marcelo joga futebol.

QUESTÃO 13

Para segurança do sistema financeiro da empresa, os usuários foram orientados a criar senhas de obrigatoriamente 5 caracteres com as seguintes restrições:

- Não é permitido repetir caractere;
- Só pode usar os algarismos decimais: 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9;
- Só pode usar as vogais maiúsculas e minúsculas;
- Pode usar os símbolos especiais: @, # e %.

O número de senhas geradas por essas orientações é:

- A) 1.028.160.
- B) 1.889.568.
- C) 2.018.940.
- D) 4.037.880.

QUESTÃO 14

Um baralho muito popular utilizado no Brasil é o de naipes franceses com coringa. Este baralho é composto de 52 duas cartas divididas em 4 naipes e mais um par de coringas, totalizando 54 cartas. Após embaralhar bem, de forma que as cartas podem ser consideradas aleatoriamente empilhadas, uma pessoa expõe as 14 primeiras cartas e nenhuma delas é um coringa. Assinale a alternativa que indica a probabilidade da próxima carta ser um coringa.

- A) 5%
- B) 10%
- C) 20%
- D) 40%

QUESTÃO 15

Em um mundo mágico e fictício, existem as seguintes regras absolutas sobre as criaturas:

- Todo Dracoris obedece a Unis.
- Todo Unis é amigo de Fênix.
- As Fênix não mentem para Dracoris.
- Toda Fênix que fala a verdade é dourada.

Além disso, sabe-se que Lagherta é uma fênix dourada, e Ivar é um Dracoris que recebeu uma mensagem de Lagherta. Com base exclusivamente nas informações acima, é obrigatoriamente verdade que:

- A) Ivar obedece a Unis.
- B) Lagherta mentiu para Ivar.
- C) Lagherta é amiga de Ragnar – o Unis.
- D) Ivar é dourado.



QUESTÃO 16

A instalação de placas com nome de ruas na propriedade privada, como em muros e fachadas, é um exemplo da intervenção do Estado na propriedade mediante a

- A) servidão.
- B) requisição administrativa.
- C) limitação administrativa.
- D) ocupação temporária.

QUESTÃO 17

Objetivando realizar obras de melhorias no fornecimento de energia elétrica, depara-se com a necessidade passagem de linhas de transmissão de energia elétrica que passarão sobre a área de determinada propriedade rural. A passagem das linhas de transmissão não ocupará o solo, mas implicará em limitações no uso da área da propriedade abaixo dos fios até certa quantidade de metros de distância de seu centro. Considere a situação fictícia acima, assinale a alternativa que indique o instituto jurídico adequado e sua forma.

- A) Desapropriação, podendo ser proposta exclusivamente pela União, já que é de sua competência o fornecimento e distribuição de energia elétrica.
- B) Desapropriação, podendo ser proposta exclusivamente pelos Estados ou Distrito Federal, já que é de sua competência o fornecimento e distribuição de energia elétrica.
- C) Servidão administrativa, podendo ser proposta exclusivamente pela União, já que é de sua competência o fornecimento e distribuição de energia elétrica.
- D) Servidão administrativa, podendo ser proposta pela concessionária de energia elétrica.

QUESTÃO 18

Se determinado servidor público é absolvido na esfera criminal por determinada conduta que não causou dano patrimonial à Administração, é correto dizer que:

- A) Continua podendo ser responsabilizado normalmente na esfera civil pelo mesmo fato.
- B) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente pelo mesmo fato.
- C) Poderá ser responsabilizado civilmente, desde que mediante processo administrativo adequado.
- D) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente, exceto se por autoridade hierarquicamente superior.

QUESTÃO 19

Considere a seguinte situação hipotética:

Modestino, servidor ocupante de cargo técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Mato Grosso, utilizava maquinário em serviço quando danificou veículo pertencente a terceiro. O proprietário postulou os reparos de seu veículo, uma vez que estacionou em local permitido e o servidor não instalou rede de proteção para isolar a área onde utilizava o maquinário.

De acordo com o regime disciplinar instituído pela Lei n.º 8.112/1990, o servidor responde

- A) administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, mas fica isento de responsabilidade civil pelos prejuízos causados.
- B) perante o terceiro pelo prejuízo causado por seu ato omissivo culposo, excluída a responsabilidade da Fazenda Pública.
- C) perante a Fazenda Pública, por dano causado a terceiro, decorrente de ato omissivo culposo, em ação regressiva.
- D) pelos prejuízos causados por ato doloso, mas fica isento de responsabilidade quando agiu sem intenção de prejudicar terceiros.

QUESTÃO 20

Segundo aponta a doutrina especializada, são servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. Acerca do assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- Os servidores temporários são contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo função estando vinculados a cargo ou emprego público.
- Os empregados públicos são contratados sob o regime da legislação trabalhista e ocupantes de emprego público.
- Os servidores estatutários estão sujeitos ao regime estatutário e são ocupantes de cargos públicos.
- Os servidores estatutários ingressam numa situação jurídica previamente definida, à qual se submetem com o ato da posse; não há possibilidade de qualquer modificação das normas vigentes por meio de contrato, ainda que com a concordância da Administração e do servidor, porque se trata de normas de ordem pública, cogentes, não derogáveis pelas partes.

A sequência está correta em

- A) F, V, V, V.
- B) F, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, V, V, F.

QUESTÃO 21

Os princípios básicos da Administração Pública são regulados pelo Direito Administrativo e descritos na Constituição Federal em seu artigo 37º. Assinale a alternativa correspondente ao princípio da administração pública que compreende a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos administrados que estejam na mesma situação jurídica.

- A) Responsabilidade.
- B) Impessoalidade.
- C) Celeridade.
- D) Moralidade.

QUESTÃO 22

Modalidade de intervenção do estado na propriedade privada que possui como alguns de seus objetivos: a) a proteção e manutenção dos serviços públicos; e b) A proteção do patrimônio histórico e cultural:

- A) Ocupação Temporária.
- B) Limitação Administrativa.
- C) Requisição Administrativa.
- D) Servidão Administrativa.



QUESTÃO 23

Analise os itens seguintes sobre segurança pública à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988-CRFB/88:

- I. A segurança pública é dever e responsabilidade exclusiva do Estado, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- II. O exercício exclusivo das funções de polícia judiciária da União é feito pela União.
- III. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- IV. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compete exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal, por meio de autarquias especificamente criadas para essa finalidade.

Estão corretos apenas os itens:

- A) II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I e IV.

QUESTÃO 24

Segundo a ONU, “[O] nível da força utilizado deve ser compatível com a gravidade da ameaça apresentada pela conduta das pessoas envolvidas e os objetivos legítimos da ação do profissional de segurança pública”.

O conceito apresentado acima se refere ao princípio geral da regulação do uso diferenciado da força em segurança pública no Brasil, denominado princípio da:

- A) legalidade;
- B) precaução;
- C) necessidade;
- D) proporcionalidade.

QUESTÃO 25

No que se refere às disposições da Constituição de Pernambuco aplicáveis ao título da advocacia pública, assinale a alternativa correta:

- A) A Procuradoria-Geral do Estado é a instituição que representa o Estado e suas autarquias, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei ordinária que dispuser sobre sua organização e seu funcionamento, as atividades de consultoria jurídica do Poder Executivo.

- B) A Procuradoria-Geral do Estado tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, de livre nomeação pelo Governador, dentre os Procuradores integrantes da carreira, ativos estáveis ou inativos, maiores de trinta anos de idade, de notável saber jurídico e ilibada reputação, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
- C) A Procuradoria-Geral do Estado será integrada pelos Procuradores do Estado, organizados em carreira, por nomeação dos aprovados em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, na forma que a lei estabelecer.
- D) Aos Procuradores referidos é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado da corregedoria.

QUESTÃO 26

De acordo com o art. 47 da Constituição de Pernambuco, o Poder Judiciário é dotado de autonomia administrativa e financeira. Sobre a autonomia financeira, é assegurada mediante as seguintes providências:

- I. Consignação ao Poder Judiciário, das dotações orçamentárias e dos créditos abertos, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda, determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento do seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito;
- II. Recolhimento à repartição competente, até o dia vinte de cada mês, das dotações orçamentárias destinadas ao Poder Judiciário;
- III. inclusão obrigatória, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, data em que serão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento, obrigatoriamente, até o final do exercício seguinte;

Assinale a alternativa correta:

- A) I e II apenas
B) I e III apenas
C) II apenas
D) I, II, III

QUESTÃO 27

Para cumprir adequadamente suas prerrogativas constitucionais, a legislação dota a Administração Pública de poderes específicos, ou prerrogativas ligadas a obrigações, configurando-se, conforme Alexandre Mazza (MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 241) como "verdadeiros poderes-deveres instrumentais para a defesa do interesse público". Dentre eles, o poder disciplinar, pelo qual a Administração pode aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais. A respeito do poder disciplinar, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA:

- A) O uso do poder disciplinar é discricionário, pois a Administração possui margem de liberdade sobre qual penalidade aplicar, mas vinculado quanto ao dever de punir, observada a legislação aplicável.
- B) O poder disciplinar pode ser utilizado para a punição de particulares não relacionados ao serviço público.
- C) O poder disciplinar permite à Administração Pública aplicar sanções sem levar em consideração a gravidade da infração ou as circunstâncias do caso.
- D) O poder disciplinar da Administração Pública pode ser utilizado de forma imotivada, sem a necessidade de observância de procedimentos legais ou do devido processo administrativo.

QUESTÃO 28

De acordo com o que dispõe o Artigo 37 da Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável, uma vez, por igual período.
- B) o direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil, somente após a conclusão do estágio probatório.
- C) os cargos, empregos e funções públicas somente podem ser ocupados por brasileiros, desde que preenchidos os requisitos legais.
- D) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.



QUESTÃO 29

Dadas as afirmativas relativas à Pessoa Jurídica,

- I. A autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela lei com a finalidade de estimular empreendimentos para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.
- II. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso. E decai em cinco anos o direito de anular as decisões da administração coletiva da pessoa jurídica quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- III. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

QUESTÃO 30

O Código Civil prevê que se aplicar o instituto de desconsideração da personalidade jurídica quando houver confusão patrimonial, que pode ser caracterizada diante do cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio, ou ainda quando da transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.

Neste situação, assinale a alternativa falsa:

- A) Caberá a desconsideração da personalidade jurídica quando a sociedade efetuar o pagamento de contas do sócio.
- B) Caberá a desconsideração da personalidade jurídica quando houver transferência de ativos significantes e sem contraprestação entre a sociedade e o sócio.
- C) Transferência de passivos de valor insignificante entre a sociedade e o sócio não autorizam a desconsideração da personalidade jurídica.
- D) Não caberá a desconsideração da personalidade jurídica quando houver transferência de ativos significantes e sem contraprestação entre a sociedade e o sócio.

QUESTÃO 31

Maria, Escrivã de Polícia Civil do Estado Gama, no exercício da função, no bojo de um inquérito policial, ao digitar um ato de indiciamento cujo conteúdo estava sendo ditado pelo Delegado Titular, de forma dolosa, com objetivo de prejudicar André, seu antigo desafeto, inseriu a qualificação completa de André como sendo indiciado. Mesmo sabendo que André não tinha qualquer relação com os fatos investigados, Maria induziu a Autoridade Policial a erro. Meses depois, André foi citado em ação penal e, após se inteirar dos fatos, conseguiu reunir provas não apenas de sua inocência, mas também de que se tratou de uma armação dolosamente feita por Maria.

Eventual ação indenizatória manejada por André deverá ser ajuizada em face da(o)

- A) Polícia Civil do Estado Gama, por sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.
- B) Polícia Civil do Estado Gama, por sua responsabilidade civil subjetiva, vedado o direito de regresso em face de Maria.
- C) Estado Gama, por sua responsabilidade civil objetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.
- D) Estado Gama, por sua responsabilidade civil subjetiva, assegurado o direito de regresso em face de Maria.

QUESTÃO 32

João é credor de Paulo na quantia, em dinheiro, de R\$ 4.000,00. Vencida a dívida, Paulo oferece em pagamento, a João, uma moto usada, cujo valor está estimado em R\$ 6.000,00. Na hipótese narrada, nos termos do Código Civil brasileiro:

- A) Paulo, na condição de devedor, é quem escolhe a forma como quer adimplir a dívida.
- B) João não é obrigado a receber a moto, desde que prove em juízo que não tem interesse no bem.
- C) João não é obrigado a receber a moto em substituição ao valor em dinheiro, ainda que mais valiosa.
- D) Paulo somente pode pagar a dívida mediante oferta de bem que corresponda ao dobro do valor em dinheiro.

QUESTÃO 33

De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico simulado é

- A) válido, exceto no caso de dissimulação.
- B) anulável, não sendo suscetível de confirmação.
- C) anulável, mas é suscetível de confirmação.
- D) nulo, não sendo suscetível de confirmação.

QUESTÃO 34

No tocante aos elementos acidentais do negócio jurídico, é CORRETO o que se afirma em:

- A) São lícitas as condições que sujeitem o negócio jurídico ao puro arbítrio de uma das partes.
- B) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- C) Se for suspensiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- D) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

QUESTÃO 35

De acordo com o Código Civil Brasileiro, são bens públicos de uso comum do povo:

- A) aeroportos.
- B) terrenos baldios.
- C) escolas públicas.
- D) estradas.



QUESTÃO 36

Com relação à intervenção de terceiros disciplinada pelo Código de Processo Civil de 2015, especialmente acerca da denunciação da lide, assinale a alternativa correta.

- A) Quando a denunciação da lide for indeferida, não será possível o exercício do direito regressivo em ação autônoma
- B) Na denunciação da lide, procedente o pedido da ação principal, pode o autor, se for o caso, requerer o cumprimento da sentença também contra o denunciado, nos limites da condenação deste na ação regressiva
- C) Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de assistente do denunciante, não podendo acrescentar novos argumentos à petição inicial
- D) Não há limitação para a denunciação da lide sucessiva, desde que haja comprovação no processo

QUESTÃO 37

Assinale a alternativa correta sobre as consequências do julgamento da ação principal e da denunciação da lide.

- A) Se a ação principal for julgada em desfavor do denunciante a denunciação da lide será julgada podendo a resolução se dar pela procedência ou improcedência
- B) Se a ação principal for julgada extinta sem resolução do mérito a denunciação da lide será julgada pela procedência
- C) Se a ação principal for julgada em desfavor do denunciante a denunciação da lide deverá ser julgada pela procedência
- D) Se a ação principal for julgada em favor do denunciante a denunciação da lide deverá ser julgada pela improcedência

QUESTÃO 38

No que tange o tema das “partes e dos procuradores”, como tal preceituado no âmbito do Código de Processo Civil Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- A) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz deve suspender o processo e designar prazo razoável para que seja sanado o vício
- B) O representante judicial da parte não pode ser compelido a cumprir decisão em seu lugar
- C) O juiz deve nomear curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado
- D) É direito das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo, dentre outros, o de praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso

QUESTÃO 39

Marcela, com 17 anos, move ação de alimentos contra seu genitor, Daniel. Marcela é assistida por sua mãe, Joana e terá Fábio como advogado.

- A) A partir do exposto, assinale a alternativa correta.
- A) Na hipótese de falecimento de Marcela no curso da ação, sua mãe, Joana, será a sua sucessora processual, adquirindo capacidade postulatória
- B) Fábio tem capacidade postulatória e legitimidade ativa “ad causam”
- C) Marcela tinha capacidade de ser parte, mas não tinha capacidade de estar em juízo
- D) Joana tem legitimidade ativa, mas não possui capacidade para estar em juízo

QUESTÃO 40

Joana ajuizou ação ordinária em face do Estado Alfa. Sua pretensão é contrária a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa, com decisão transitada em julgado. Não há necessidade de produção de qualquer prova além das que já instruem a petição inicial.

Em tal hipótese, caberá ao juiz

- A) julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente de citação do réu.
- B) julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente de citação do réu, podendo retratar-se em 10 (dez) dias, se interposta apelação por Joana.
- C) determinar a citação do Estado Alfa, para que este, caso queira, manifeste interesse no julgamento liminar de improcedência.
- D) indeferir a petição inicial, por se tratar de ausência de interesse processual por parte de Joana.

QUESTÃO 41

Isabela foi regularmente citada em uma ação de reparação de danos proposta por Laís. Em preliminar de mérito, Isabela alegou ausência de legitimidade. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

- A) Isabela não tem por obrigação indicar quem deve ser o sujeito passivo da relação jurídica, cabendo à Laís aditar a inicial sob pena de julgamento sem resolução do mérito.
- B) Isabela, se tiver conhecimento, deverá indicar quem deve ser o sujeito passivo da relação jurídica, sob pena de arcar com as despesas processuais e indenizar Laís pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- C) diante da alegação de Isabela, o juiz facultará a Laís, no prazo de 5 (cinco) dias, a alteração da petição inicial para a substituição do réu.
- D) caso Laís decida pela substituição, ela deverá reembolsar as despesas e pagar os honorários ao procurador de Isabela, que, em regra, deverão ser fixados pelo juiz por apreciação equitativa.

QUESTÃO 42

Joana ajuizou ação condenatória em face de Pedro e Dionísio, requerendo a condenação de ambos ao pagamento de indenização a título de danos materiais, fruto de acidente de trânsito. Pedro, regularmente citado, não ofertou contestação, nem constituiu advogado. Dionísio apresentou contestação cumulada com reconvenção, em litisconsórcio com João, requerendo a condenação de Joana ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- A) ainda que Dionísio tenha ofertado contestação, haverá produção de efeito material da revelia, diante da ausência de contestação de Pedro.
- B) a reconvenção deverá ser liminarmente indeferida, pois somente pode ser proposta pelo réu, vedado o ajuizamento em litisconsórcio com terceiro.
- C) Pedro não poderá intervir no processo, diante de sua revelia.
- D) eventual desistência do processo por parte de Joana não impedirá o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.



QUESTÃO 43

Em 2021, o governo brasileiro sancionou a Lei nº 14.155, que pune com mais rigor os crimes cibernéticos.

“A iniciativa foi motivada pelo fato de as ameaças cibernéticas terem crescido em escala mundial. Organizações públicas e privadas de diversos países têm reforçado suas políticas de segurança da informação e de segurança cibernética e elevado o nível de proteção dos sistemas computacionais por eles utilizados, especialmente no âmbito da gestão estatal.”

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/decreto-institui-rede-federal-de-gestao-deincidentes-ciberneticos>. Acesso em: 04 abr. 2024.

No que diz respeito aos crimes cibernéticos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Crimes cibernéticos são aqueles que utilizam computadores ou dispositivos eletrônicos conectados para praticar ações que geram danos a indivíduos ou patrimônios, por meio de extorsão financeira, estresse emocional ou danos à reputação de vítimas expostas na internet.
- II. Apesar de serem tipificados como crimes, os crimes cibernéticos no Brasil não possuem punição prevista em lei. Dessa maneira, mesmo que pegos em flagrante, os criminosos virtuais não são presos e não há forma legal de garantir com que reparem os danos causados por seus atos.
- III. Crimes cibernéticos podem ocorrer de diversas maneiras, mas os dois tipos mais comuns são: 1. os ataques a computadores, para obtenção de dados, senhas, extorsão ou somente causar prejuízo; 2. crimes que usam computadores para realizar atividades ilegais.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 44

Nos termos do Código Penal, no que diz respeito aos crimes praticados por funcionários públicos, qual crime comete o funcionário que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido?

- A) Peculato.
- B) Corrupção ativa.
- C) Excesso de exação.
- D) Exercício funcional ilegalmente antecipado.

QUESTÃO 45

Para efeitos penais, NÃO se equipara(m) a documento público:

- A) O emanado de entidade paraestatal.
- B) O cartão de crédito ou débito.
- C) O título ao portador ou transmissível por endosso.
- D) As ações de sociedade comercial.

QUESTÃO 46

O furto será considerado qualificado se o crime é cometido:

- I. com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
- II. com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;
- III. com emprego de chave danificada;
- IV. mediante concurso de uma ou mais pessoas.

Estão corretas apenas as assertivas:

- A) I, II e III.
- B) I, II, III e IV
- C) II, III e IV
- D) I e II.

QUESTÃO 47

O crime de denúncia caluniosa ocorre quando alguém:

- A) Acusa falsamente outra pessoa de fato ofensivo à sua honra.
- B) Acusa alguém de infração penal, sabendo ser inocente, provocando a instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa.
- C) Presta informações falsas em processo judicial.
- D) Ameaça alguém para que confesse a prática de um crime.

QUESTÃO 48

Quanto ao concurso de pessoas, de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Não é possível a coautoria em crimes dolosos.
- B) A participação de menor importância não diminui a pena do partícipe.
- C) Sempre os coautores e partícipes devem responder pelo mesmo tipo penal, independentemente do dolo de cada um.
- D) No concurso de pessoas, é necessário que todos os agentes tenham conhecimento mútuo da ação delituosa.



QUESTÃO 49

Indique a alternativa correta:

- A) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- B) A competência definida no território de suas respectivas circunscrições para a polícia judiciária excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.
- C) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado somente de ofício.
- D) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá instaurar inquérito.

QUESTÃO 50

Considere que, após receber a conclusão do inquérito policial, o Ministério Público tenha perdido o prazo para o oferecimento da denúncia. Nesse caso,

- A) não será possível a propositura de ação penal, por falta de legitimidade.
- B) o delegado deverá arquivar o inquérito policial, pela inércia da acusação.
- C) é cabível ação penal privada subsidiária da pública proposta pelo ofendido.
- D) o juiz deverá arquivar o inquérito policial, que somente poderá ser desarquivado se surgirem novas provas.

QUESTÃO 51

O juiz titular do Juizado Especial Criminal da Comarca XYZ, em razão da elevada quantidade de procedimentos em andamento, designou audiência de instrução e julgamento para uma sexta-feira, às 21 horas e 30 minutos, valendo-se das normas de organização judiciária do Estado Alfa. O juiz, na audiência, determinou a gravação audiovisual, com o registro escrito, exclusivamente, dos atos havidos por essenciais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, o juiz atuou de forma:

- A) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;
- B) adequada, considerando que os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária. Ademais, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência;
- C) inadequada, considerando que é necessário o registro escrito de todos os atos ocorridos em audiência, sem prejuízo da gravação audiovisual concomitante. Por outro lado, os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, em dias úteis, conforme dispuserem as normas de organização judiciária;
- D) inadequada, considerando que os atos processuais devem ter início até as 18 horas. Por outro lado, a gravação audiovisual da audiência, com o registro escrito, apenas, dos atos havidos por essenciais é compatível com a legislação de regência.

QUESTÃO 52

Sobre o tema prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- A) Qualquer pessoa do povo tem o dever legal de prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito, entregando o preso às autoridades policiais e seus agentes.
- B) Nos crimes permanentes, considera-se o agente em flagrante delito, ainda que haja cessado o estado de permanência.
- C) Na falta do escrivão para a lavratura do auto de prisão em flagrante, somente a própria autoridade policial poderá lavrá-lo, depois de prestado o compromisso legal.
- D) O preso será logo apresentado à autoridade policial do lugar mais próximo, se não houver autoridade no lugar em que a prisão foi feita.

QUESTÃO 53

Quanto aos recursos em matéria criminal, é correto afirmar que:

- A) o efeito devolutivo da apelação contra decisões do Tribunal do Júri não fica adstrito aos fundamentos da interposição.
- B) Não poderá ser usado o recurso em sentido estrito quando cabível a apelação, ainda que somente de parte da decisão se recorra.
- C) Todo recurso possui os efeitos devolutivo e suspensivo.
- D) No ordenamento jurídico, é vedado recurso de ofício.

QUESTÃO 54

Após desentendimentos por questões pessoais, Serena van der Woodsen inicia uma campanha de ofensas contra Blair Waldorf nas redes sociais, publicando diariamente palavras que atingem a dignidade e o decoro da ex-amiga. As ofensas não se referem a fatos específicos, mas a atributos pessoais depreciativos. Diante dessa conduta, assinale a alternativa correta quanto à natureza da infração e à sua persecução penal:

- A) Ainda que Blair não queira processar Serena, o Ministério Público poderá fazê-lo para garantir a proteção da honra da vítima.
- B) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- C) Se Blair decidir não adotar nenhuma providência, Serena poderá continuar com as ofensas sem qualquer punição penal.
- D) Blair terá três meses para oferecer queixa-crime contra Serena após a última ofensa.



QUESTÃO 55

No que concerne à criação e desenvolvimento de sistemas eletrônicos pelos órgãos do Poder Judiciário, a Lei no 11.419/2006 estabelece uma preferência e um objetivo para esses sistemas.

Assinale a alternativa correta:

- A) Devem usar, preferencialmente, programas proprietários, priorizando a segurança em detrimento da padronização.
- B) Devem buscar apenas identificar os casos de litispendência, sem considerar a prevenção ou coisa julgada.
- C) Devem usar, preferencialmente, programas com código aberto, acessíveis ininterruptamente por meio da rede mundial de computadores, priorizando-se a sua padronização.
- A) d) Podem ser desenvolvidos sem padronização, desde que garantam a eficiência.

QUESTÃO 56

A Lei no 11.419/2006 estabelece que os livros cartorários e demais repositórios dos órgãos do Poder Judiciário podem ser gerados e armazenados:

- A) Exclusivamente em meio físico para garantia da segurança.
- B) Em meio totalmente eletrônico.
- C) Apenas em meio físico com backup eletrônico.
- D) Em meio eletrônico, mas com cópia autenticada em papel a cada 6 meses.

QUESTÃO 57

Qual das seguintes opções reflete corretamente um dos aspectos que o Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) deve compreender, conforme o Art. 2º da Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013?

- A) O controle da tramitação do processo em meio físico, para transição gradual ao digital.
- B) A padronização de todos os dados e informações relevantes apenas para a área administrativa do Poder Judiciário.
- C) A produção, registro e publicidade dos atos processuais.
- D) O fornecimento de dados para uso exclusivo das Corregedorias, visando aprimorar a fiscalização interna.

QUESTÃO 58

O Art. 4º da Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, e seus parágrafos, detalham as regras e responsabilidades sobre a assinatura de atos processuais no PJe. Com base no conteúdo desses parágrafos, analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta:

- A) A reprodução de documento dos autos digitais não precisa conter elementos que permitam verificar sua autenticidade, bastando a indicação de que é uma cópia.
- B) Serão admitidas assinaturas digitais de pessoas físicas e jurídicas, realizadas no sistema PJe ou a este destinadas, com a utilização de certificado digital A1 e A3, na forma da normatização do ICP-Brasil e nos termos desta Resolução.
- C) A assinatura e o registro do ato processual por meio eletrônico não podem ser cindidos, ou seja, devem sempre ocorrer de forma conjunta e com o mesmo certificado digital do usuário.
- A) d) Em caso de sinistro, perda ou roubo de um dispositivo móvel registrado no PJe para autenticação, o tribunal é responsável por tornar inativo o registro no sistema.

QUESTÃO 59

A Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, aborda as formas de acesso ao PJe. Conforme essa resolução, será possível o acesso e a utilização do sistema PJe através de usuário (login) e senha, exceto em quais das seguintes situações?

- A) para assinatura de documentos e arquivos.
- B) para acesso a consultas públicas sobre processos não sigiloso.
- C) para visualização de decisões já publicadas no Diário da Justiça Eletrônico.
- D) para envio de arquivos não assinados digitalmente, que serão assinados posteriormente.

QUESTÃO 60

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos: " : aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. "

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna:

- A) bens e serviços comuns
- B) serviços especiais
- C) obras
- D) serviços e fornecimentos contínuos

A **Prova Discursiva** será realizada na mesma data e horário da prova objetiva e será composta de **1 (uma) questão de conhecimentos específicos** constante no Anexo III do Edital. Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, observando os critérios de correção estabelecidos no quadro abaixo:

Item	Critérios de Correção	Pontuação Máxima
1	ESTRUTURA: o conteúdo apresentado pelo candidato deve ser um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, devendo constituir-se de um conjunto articulado de ideias relacionadas ao tema proposto.	3
2	CONTEÚDO: análise das ideias fundamentais do texto observando a fidelidade ao tema proposto; consistência e relevância argumentativa; progressão temática; e senso crítico do candidato.	5
3	EXPRESSÃO: adequação vocabular e emprego do registro culto da língua portuguesa; clareza na apresentação das ideias; coesão e coerência.	2

Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, que estiver rasurado, ilegível ou incompreensível.

Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida.

Será atribuída nota zero à Prova Discursiva:

- a) que estiver em branco;
- b) cujo conteúdo for diverso do tema estabelecido;
- c) que fugir da tipologia, tema e proposta da Prova Discursiva;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do português;
- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato;
- g) que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Os princípios são a base de um sistema jurídico dos quais emanam todas as normas legais, responsáveis por assegurar coerência e lógica ao referido sistema, servindo como pilar interpretativo e norteador de condutas com relevância jurídica. Nesse sentido, há uma gradação entre os princípios, podendo ser fundamentais, temáticos, setoriais, entre outras classificações existentes.

Para Robert Alexy as regras são normas que podem ser cumpridas ou não e os princípios como normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas não admitem o seu descumprimento.

A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu texto os princípios fundamentais que dirigem todo nosso sistema jurídico e ainda princípios setoriais a exemplo dos princípios que regem a Administração Pública, previstos no "caput" do seu art. 372.

Os princípios constitucionais administrativos mencionados no parágrafo anterior se destinam a regulamentar todo o funcionamento da Administração Pública, como a relação com seus servidores, licitações e contratos administrativos, enfim a prática de todos os atos administrativos.

Dada a importância dos princípios administrativos no âmbito da gestão pública eles estão expressamente previstos na lei de licitações e contratos administrativos quando prevê a publicidade dos atos praticados, na lei de acesso à informação e na lei que trata de atos de improbidade administrativa, a qual sanciona a prática de atos de improbidade administrativa em razão da violação dos princípios administrativos, desde que haja previsão em uma dos incisos do art. 11 da lei 8.429/92 com as alterações trazidas pela lei 11.230/21.

Fonte: <https://www.migalhas.com.br/depeso/405460/principios-administrativos-e-gestao-publica-uma-visao-do-judiciario>

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO JUDICIÁRIO

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

- | | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

RASCUNHO

PÓS-EDITAL



SIMULADÃO

TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO
PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO

1.D**2.C****3.A****4.B****5.C****6.D****7.B****8.A****9.B****10.B****11.D****12.C****13.D****14.A****15.A****16.A****17.D****18.B****19.C****20.A****21.B****22.D****23.C****24.D****25.C****26.D****27.A****28.D****29.C****30.D****31.C****32.C****33.D****34.B****35.D****36.B****37.A****38.D****39.C****40.A****41.B****42.D****43.B****44.C****45.B****46.D****47.B****48.D****49.A****50.C****51.A****52.D****53.B****54.C****55.C****56.B****57.C****58.B****59.A****60.A**

AULÃO PRESENCIAL NO RECIFE

PROVA DE VESPERA

**TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

TÉCNICO JUDICIÁRIO



**11 de
abril**



**A partir
das 8h**



Auditório do Rio Mar Trade Center
Av. República do Líbano, 251 Pina, Recife/PE



EstouPreparado.com.br



PÓS-EDITAL



SIMULADÃO

TJPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO
PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO



Os livros e suas vozes

Se há uma pessoa que possa, a qualquer momento, arrancar da sua infância uma recordação maravilhosa, essa pessoa sou eu.

Tudo quanto, naquele tempo, vi, ouvi, toquei, senti, perdura em mim com uma intensidade poética inextinguível. Não saberia dizer quais foram as minhas impressões maiores. Seria a que recebi dos adultos tão variados em suas ocupações e em seus aspectos? Das outras crianças? Dos objetos? Do ambiente? Da natureza?

Recordo céus estrelados, chuva nas flores, frutas maduras, casas fechadas, estátuas, negros, aleijados, bichos, suínos, realejos, cores de tapete, bacia de anil, nervuras de tábuas, vidros de remédio, o limo dos tanques, a noite em cima das árvores, o mundo visto através de um prisma de lustre, o encontro com o eco, essa música matinal dos sabiás, lagartixas pelos muros, enterros, borboletas, o carnaval, retratos de álbum, o uivo dos cães, o cheiro do doce de goiaba, todos os tipos populares, a pajem que me contava com a maior convicção histórias do Saci e da Mula-sem-cabeça (que ela conhecia pessoalmente); minha avó que me cantava rimances e me ensinava parlendas...

Mais tarde os livros se abriram, e deixaram sair suas realidades e seus sonhos, em combinação tão harmoniosa que até hoje não compreendo como se possa estabelecer uma separação entre esses dois tempos de vida, unidos como os fios de um pano. Foi ainda nessa área que apareceram um dia os meus próprios livros, que não são mais do que o desenrolar natural de uma vida encantada com todas as coisas.

Sempre gostei muito de livros e, além dos livros escolares, li os de histórias infantis, e os de adultos: mas estes não me pareciam tão interessantes, a não ser, talvez, "Os três mosqueteiros", numa edição monumental, muito ilustrada, que fora de meu avô. Aquilo era uma história que não acabava nunca; e acho que esse era o seu principal encanto para mim. Descobri o dicionário, uma das invenções mais simples e mais formidáveis e também achei que era um livro maravilhoso, por muitas razões.

Quando eu ainda não sabia ler, brincava com livros e imaginava-os cheios de vozes, contando o mundo.

(Cecília Meireles. Obra poética. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997. Fragmento.)

QUESTÃO 1

O sentido da palavra destacada está INDEVIDAMENTE informado em:

- A) "monumental" (5º§) – épica; sublime.
- B) "pajem" (3º§) – acompanhante; babá.
- C) "rimances" (3º§) – enredos de uma história; tramas.
- D) "inextinguível" (2º§) – durável; que não se extingue.

QUESTÃO 2

É possível inferir que o título do texto:

- A) Ignora a fantasia estimulada pelos livros.
- B) Expressa o poder transformador dos livros.
- C) É paradoxal em relação ao que se discorre no texto.
- D) Aponta meramente recordações da infância da autora.

QUESTÃO 3

No 2º§ do texto, são feitos alguns questionamentos que denotam o seguinte objetivo:

- A) Informar os leitores sobre a infância da autora, sua iniciação no mundo da leitura e da literatura.
- B) Ignorar as dúvidas apresentadas pela autora, considerando que são tão somente devaneios imaturos.

- C) Desmistificar valores familiares, transmitidos de geração em geração, e estabelecer normas de conduta.
- D) Aprofundar sobre as experiências vividas pela autora na sua infância e levar o leitor a refletir sobre elas.

QUESTÃO 4

Assinale, a seguir, a oração que contém uma expressão que indica tempo.

- A) "Descobri o dicionário, uma das invenções mais simples e mais formidáveis [...]" (5º§)
- B) "Quando eu ainda não sabia ler, brincava com livros e imaginava-os cheios de vozes, contando o mundo." (6º§)
- C) "Sempre gostei muito de livros e, além dos livros escolares, li os de histórias infantis, e os de adultos: [...]" (5º§)
- D) "[...] a não ser, talvez, 'Os três mosqueteiros', numa edição monumental, muito ilustrada, que fora de meu avô." (5º§)

QUESTÃO 5

Considerando que o texto "Os livros e suas vozes" se trata de um exemplo de relato – um gênero textual em que o autor narra uma experiência pessoal vivida no passado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Segundo as ideias evidenciadas ao longo do texto, os relatos são frutos de imaginação.
- B) O tema específico abordado no texto é "a descoberta dos livros e da leitura na infância".
- C) A autora, quando criança, fazia uma viagem pela fantasia e pela imaginação estimulada pelos livros.
- D) São recordações abstratas da infância da autora: histórias, parlendas e romances que ouvia da pajem e da avó.

QUESTÃO 6

Dúvida. Considerando as circunstâncias apresentadas pelas expressões em destaque, relacione adequadamente as colunas a seguir.

- 1. "[...] vidros de remédio, o limo dos tanques, a noite **em cima** das árvores, [...]" (3º§)
- 2. "[...] a não ser, **talvez**, 'Os três mosqueteiros', [...]" (5º§)
- 3. "Descobri o dicionário, uma das invenções **mais** simples e **mais** formidáveis [...]" (5º§)
- 4. "Aquilo era uma história que não acabava **nunca**; [...]" (5º§)

- () Dúvida.
- () Lugar.
- () Tempo.
- () Intensidade.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 3, 4.
- B) 2, 1, 4, 3.
- C) 3, 4, 2, 1.
- D) 4, 3, 1, 2.

QUESTÃO 7

Conforme Domingos Paschoal Cegalla, em Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, "o sentido figurado consiste em usar expressões com um significado diverso do que elas normalmente têm, estabelecendo uma relação de comparação implícita entre dois elementos; além de enriquecer a comunicação, permitindo expressar ideias de forma mais criativa e sugestiva". Partindo-se dessa estimativa, assinale o trecho textual no qual as palavras ou expressões adquirem situações particulares de uso, ou seja, quando o seu significado é ampliado ou alterado no contexto.

- A) "Sempre gostei muito de livros [...]" (5º§)
- B) "Quando eu ainda não sabia ler, brincava com livros [...]" (6º§)
- C) "Recordo céus estrelados, chuva nas flores, frutas maduras, casas fechadas, [...]" (3º§)
- D) "Mais tarde os livros se abriram, e deixaram sair suas realidades e seus sonhos, [...]" (4º§)

QUESTÃO 8

"Seria a que recebi dos adultos tão variados em suas ocupações e em seus aspectos?" (2º§). Podemos afirmar que a frase anterior apresenta um(a):

- A) Fato.
- B) Incerteza.
- C) Consequência.
- D) Ponto de vista.

QUESTÃO 9

A construção do texto e a pontuação estão intimamente ligadas, pois a pontuação serve para indicar pausas, ritmo e entonação na leitura, além de orientar o leitor na compreensão das ideias expressas. Em "[...] a pajem que me contava com a maior convicção histórias do Saci e da Mula-sem-cabeça (que ela conhecia pessoalmente); minha avó que me cantava rimances e me ensinava parlendas..." (3º§), os parênteses foram empregados para:

- A) Enriquecer o texto, tornando-o mais rico e interessante para o leitor.
- B) Permitir que o leitor se posicione em relação ao texto e às ideias anunciadas.
- C) Contrapor as ideias e os argumentos apresentados, tornando-os mais convincentes.
- D) Permitir que o leitor compreenda melhor a motivação da autora para escrever o texto.

QUESTÃO 10

Em "Se há uma pessoa que possa, a qualquer momento, arrancar da sua infância uma recordação maravilhosa, essa pessoa sou eu." (1º§), depreende-se que o trecho transcrito demonstra uma linguagem:

- A) **Subjetiva**, que permite a inserção de emoções e perspectivas pessoais.
- B) **Apelativa**, pois expressa criatividade ao tentar influenciar o comportamento do leitor.
- C) **Coloquial**, já que é caracterizada pela fluidez, espontaneidade e expressões idiomáticas.
- D) **Pessimista**, pois antecipa um resultado desfavorável ou de risco como "arrancar uma recordação da infância".



QUESTÃO 11

Diante da propriedade da multiplicação cruzada da proporção $a/b = c/d$, como ficariam os termos desta multiplicação?

- A) $a \cdot d = b \cdot c$.
- B) $a \cdot b = c \cdot d$.
- C) $a \cdot c = b \cdot d$.
- D) $c \cdot d = b \cdot c$.

QUESTÃO 12

Renata, Gisele e Tatiana são irmãs com idades diferentes e possuem profissões distintas. Uma é médica, outra é contadora e a outra enfermeira, não necessariamente nessa ordem. A mais nova é enfermeira. Renata não é médica e é mais velha que Tatiana. A mais velha é contadora. Gisele não é a irmã mais nova nem é a mais velha.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- A) Tatiana é a irmã mais nova e é médica.
- B) Renata é a irmã mais velha e é enfermeira.
- C) Gisele é a irmã do meio e é contadora.
- D) Tatiana é a irmã mais nova e é enfermeira.

QUESTÃO 13

As placas de identificação de veículos do Mercosul estão sendo implementadas nos países membros do bloco regional. O padrão das placas varia um pouco entre os países, mas deve conter sete caracteres alfanuméricos. No Brasil adotou-se a sequência composta por quatro letras e três número, no formato: ABC1D23. O padrão atual brasileiro é composto de três letras e quatro número, no formato: ABC1234. Em ambos os padrões utiliza-se o alfabeto latino do padrão ISO que consiste de 26 caracteres e os números de 0 a 9. Assinale a alternativa que indica o aumento percentual possível do número de placas do sistema atual para o modelo do Mercosul.

- A) Um aumento de 30% em relação ao atual
- B) Um aumento de 160% em relação ao atual
- C) Um aumento de 270% em relação ao atual
- D) Um aumento de 2600 % em relação ao atual

QUESTÃO 14

Uma caixa tem 5 bolas azuis, 3 bolas vermelhas, 8 bolas verdes e 4 bolas brancas. Se alguém retirar 3 bolas de forma aleatória de dentro da caixa e sem reposição, a probabilidade de nenhuma ser verde é:

- A) 33/200.
- B) 3/5.
- C) 11/57.
- D) 1/5.

QUESTÃO 15

Durante uma reunião pedagógica, a diretora de uma escola defende a ampliação do uso de tecnologia em sala de aula com o seguinte raciocínio:

"Se os alunos usam com frequência dispositivos digitais fora da escola, então eles se engajam mais quando a tecnologia é utilizada no ambiente escolar.

Como os estudantes têm contato diário com tecnologia fora da escola, é razoável ampliar seu uso em sala de aula para aumentar o engajamento."

Com base na lógica argumentativa, o raciocínio da diretora é um exemplo de:

- A) Falácia da afirmação do conseqüente.
- B) Falácia da negação do antecedente.
- C) Argumento por indução incompleta.
- D) Argumento válido por Modus Ponens.



QUESTÃO 16

Representa uma atividade estatal restritiva dos interesses privados, limitando a liberdade e a propriedade individual em favor do interesse público:

- A) Poder disciplinar.
- B) Poder de polícia.
- C) Poder regulamentar.
- D) Poder hierárquico.

QUESTÃO 17

Acerca do tema limitações do Estado na propriedade privada e especificamente sobre o instituto da requisição administrativa, considerando-se para tanto o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema, é correto afirmar que:

- A) Segundo entendimento jurisprudencial do STF, a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro ofende o princípio federativo.

- B) É livre a requisição de bens e serviços públicos pela União em face de determinado Estado.
- C) A requisição de bens e serviços públicos por entes públicos deve obedecer ao princípio da hierarquia federativa.
- D) Admite-se a requisição de bens públicos entre todos os entes federados, desde que seja onerosa.

QUESTÃO 18

O servidor público que exercer irregularmente suas atribuições poderá responder pelo ato, sofrendo gradações de acordo com as situações que podem se apresentar como condutas irregulares ou ilícitas no exercício das atividades funcionais, possibilitando a aplicação de diferentes penalidades.

Darão margem à responsabilidade administrativa

- A) os danos patrimoniais, extrapatrimoniais e não patrimoniais causados à Administração Pública e a prática de contravenções.
- B) o cometimento de condutas vedadas nos regramentos competentes ou o descumprimento de deveres funcionais.
- C) os danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados à Administração Pública.
- D) os danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros.

QUESTÃO 19

O dano causado pelo agente público que decorre do exercício da função pública gera o dever de indenizar. Neste sentido, considerando o disposto no ordenamento jurídico no que concerne às normas constitucionais sobre a Administração Pública,

- A) a vítima lesada não precisa provar a culpa do agente.
- B) a ação de responsabilidade civil deve ser ajuizada contra o autor do ato.
- C) é vedado aplicar o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- D) ainda que o Estado prove que houve caso fortuito e força maior, será condenado a indenizar, em regra.

QUESTÃO 20

Os princípios que regem a Administração Pública estão estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Estes princípios norteiam o desempenho das atividades da administração pública. O princípio segundo o qual a administração pública e seus agentes devem orientar o exercício de suas competências primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir uma maior rentabilidade social, é o:

- A) princípio da moralidade.
- B) princípio da eficiência.
- C) princípio da legalidade.
- D) princípio da impessoalidade.

QUESTÃO 21

José é Prefeito e está construindo uma creche na cidade. Por isso, mandou colocar em frente à obra uma placa com os seguintes dizeres: "Creche em construção. Breve inauguração para você morador do nosso Município. Mais uma obra do Prefeito José".

Nessa situação hipotética, considerando o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que essa conduta do Prefeito

- A) viola a Constituição Federal porque ela proíbe qualquer tipo de gastos com publicidade pelo Município.
- B) está de acordo com o texto constitucional porque o Prefeito tem o dever de informar os gastos do Município.
- C) viola a Constituição Federal porque ela caracteriza promoção pessoal do Prefeito Municipal.
- D) está em conformidade com a Constituição Federal porque a placa tem caráter informativo aos munícipes.

QUESTÃO 22

Sobre a intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a alternativa correta.

- A) Toda forma de desapropriação pelo Poder Público se dá através do pagamento de indenização justa e em dinheiro, sob pena de violação ao direito de propriedade.
- B) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, estando dispensada de qualquer tipo de responsabilidade ou indenização, se houver dano.
- C) O tombamento pode ser desfeito pelo ente competente.
- D) A servidão administrativa também é conhecida por ocupação temporária.



QUESTÃO 23

A respeito do que determina a Carta Magna sobre o Poder Executivo, especialmente sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- B) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- C) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- D) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabem a segurança dos estabelecimentos penais e a prolação de sentenças penais.

QUESTÃO 24

O art. 144 da Constituição Federal aborda a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos. Qual estratégia está de acordo com essa diretriz?

- A) Exclusão de qualquer integração entre guardas municipais e demais órgãos de proteção, dificultando trocas de informação.
- B) Adoção de políticas comunitárias de segurança, incentivando a participação da sociedade na construção de ambientes mais seguros.
- C) Repressão absoluta contra movimentos sociais pacíficos, independentemente de diálogo ou mediação.
- D) Articulação entre diferentes esferas governamentais para ações preventivas de combate ao crime e promoção da paz.

QUESTÃO 25

Acerca do Poder Judiciário, de acordo com a Constituição de Pernambuco, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, exceto:

- A) os Deputados Estaduais, nos crimes comuns, inclusive os de competência da Justiça da União;
- B) os conflitos de competência entre órgãos da Justiça Estadual, inclusive entre órgãos do próprio Tribunal;

- C) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem interessados o Governador, o Prefeito da Capital, a Mesa da Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Procurador-Geral da Justiça;
- D) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados ou de juízes sujeitos à sua jurisdição;

QUESTÃO 26

Acerca das competências dos municípios expressas na Constituição de Pernambuco, assinale V ou F. Lei de iniciativa do Tribunal de Justiça criará:

- () criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- () promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- () legislar sobre assuntos de interesse local;

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A) V - V - V
 B) V - F - V
 C) F - F - V
 D) V - V - F

QUESTÃO 27

Considerando que Paulo, vereador no seu município, pretenda prestar concurso para a guarda municipal do mesmo município, assinale a opção correta de acordo com as regras aplicáveis ao servidor público no exercício de mandato eletivo.

- A) Os cargos são incompatíveis e, caso queira tomar posse no cargo de guarda municipal, Paulo terá que pedir exoneração do cargo eletivo de vereador.
- B) Paulo poderá continuar no cargo eletivo e tomar posse no cargo de guarda municipal, mas ficará afastado de seu cargo efetivo até o término de seu mandato, sem direito de optar pela remuneração.
- C) Paulo poderá continuar no cargo de vereador e tomar posse no cargo de guarda municipal, mas terá que pedir afastamento deste cargo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração de um ou de outro.
- D) Paulo poderá tomar posse no cargo de guarda municipal e acumular suas funções com as de vereador caso haja compatibilidade de horários, podendo perceber as vantagens de seu cargo de guarda municipal, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

QUESTÃO 28

Considere que João foi aprovado em concurso para o provimento do cargo de oficial administrativo da Defensoria Pública, tomou posse e entrou em exercício. Por ser seu primeiro cargo na Administração, o novo servidor busca o setor de Recursos Humanos (RH) para sanar algumas dúvidas sobre direitos que possuiria e que tem por base o texto na Constituição Federal. O funcionário que está na repartição e é encarregado de sanar as dúvidas dos recém-empossados poderá afirmar de forma correta que

- A) o direito à associação sindical será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.
- B) caso haja aprovação legislativa, os reajustes dos oficiais administrativos podem ser vinculados aos aumentos salariais dos defensores públicos.
- C) as vantagens pecuniárias recebidas pelos oficiais administrativos podem ser computadas para fins de concessão de acréscimos superiores.
- D) caso o cargo não seja técnico ou científico, João não poderá cumular a função de oficial administrativo com cargo de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.



QUESTÃO 29

Oswaldo fez seu testamento quando ainda era bem jovem, fazendo constar dele a determinação de que certos bens de sua propriedade deveriam ser destinados, após a sua morte, à criação de uma fundação voltada a apoiar a educação infantil na cidade onde ele morava. Tendo vivido por muitos anos, quando Oswaldo veio a falecer apurou-se que, embora todos os bens deixados por ele para a criação da fundação ainda pertencessem a ele no momento da morte, seu valor havia se depreciado drasticamente com o passar do tempo, de modo que se tornaram totalmente insuficientes para a constituição da pessoa jurídica.

Considerando que Oswaldo nada previu no testamento quanto ao risco de depreciação dos bens, determina o Código Civil brasileiro que a fundação:

- A) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser revertidos em favor dos herdeiros de Oswaldo;
- B) pode ser constituída, mas deve necessariamente contar com prazo predeterminado para sua extinção, a ser fixado pelo Ministério Público;
- C) deve ser constituída com os bens a ela destinados por Oswaldo, e o acréscimo de outros bens da herança que este tenha deixado, tantos quantos forem necessários;
- D) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser incorporados em outra fundação que se proponha a finalidade igual ou semelhante.

QUESTÃO 30

Álveo integra a Associação dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado X. Após uma polêmica votação, liderada pelo diretor Aluvião, aprova-se a venda da sede histórica do clube para construir-se, no lugar, um empreendimento imobiliário. Álveo, então, ajuíza demanda em face de Aluvião em que pede a anulação da assembleia e a indenização pelos danos sofridos pela associação. Fundamenta seu pedido nos deveres que Aluvião, como associado, teria em relação aos demais.

Em sua contestação, Aluvião suscita três teses defensivas:

- I. Álveo não poderia pedir indenização em nome da associação, diante da autonomia de sua personalidade jurídica;
- II. não há qualquer relação entre associados, nem direitos, nem obrigações recíprocas; e
- III. a associação não poderia sofrer danos morais porque, como pessoa jurídica, não pode receber proteção a direitos da personalidade, próprios das pessoas naturais.

Em relação a essas teses, exclusivamente à luz do direito civil, é correto afirmar que:

- A) são todas improcedentes;
- B) são todas procedentes;
- C) apenas I e II são procedentes;
- D) apenas II e III são procedentes;

QUESTÃO 31

Viriato é membro da Associação Brasileira de Amantes da Literatura Atual, uma associação civil de fins educacionais e culturais. Certa vez, Viriato desentendeu-se com os gestores da associação, ocasionando uma acalorada discussão. A briga, felizmente, foi interrompida por outros associados antes que os envolvidos ingressassem em vias de fato. Dias depois, Viriato foi surpreendido com uma notificação formal, comunicando-lhe que, após deliberação do Conselho Administrativo, ele havia perdido a qualidade de associado da pessoa jurídica e não podia mais frequentar a sede desta ou participar de qualquer de suas atividades.

No que diz respeito à exclusão de Viriato da associação, tal como ocorreu neste caso, é correto afirmar que:

- A) foi válida, bastando para tanto que a deliberação tenha seguido o procedimento previsto no estatuto da associação;
- B) não é admissível juridicamente, porque o procedimento não assegurou a Viriato o contraditório e a ampla defesa;
- C) foi válida, bastando para tanto que se tenha reconhecido, durante a deliberação, haver justa causa para a exclusão;
- D) não é admissível juridicamente, porque Viriato não pode ser excluído da associação sem o requerer expressamente.

QUESTÃO 32

De acordo com o Código Civil, a manifestação de vontade no negócio jurídico

- A) só terá eficácia se for presenciada por pelo menos duas testemunhas, salvo se exprimida por escrito, em instrumento público ou particular.
- B) pode ser suprida pelo silêncio de uma das partes, quando as circunstâncias ou os usos o autorizem e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- C) deve ser exprimida em instrumento público sempre que envolver direitos sucessórios.
- D) deve ser exprimida em instrumento público quando envolver bens móveis de valor superior a cem vezes o salário mínimo vigente.

QUESTÃO 33

À luz das disposições do Código Civil a respeito dos direitos da personalidade, de pessoas jurídicas, de obrigações, da invalidade do negócio jurídico e da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A) É vedada a utilização de pseudônimo na realização de atividade econômica disciplinada pela legislação civil.
- B) A qualidade de associado é, em regra, transmissível, ressalvada a possibilidade de o estatuto da associação, de forma justificada, dispor em sentido contrário.
- C) Todo aquele que, interessado ou não, pagar uma dívida em seu próprio nome se sub-roga nos direitos do credor.
- D) O dolo acidental não acarreta a anulabilidade do negócio jurídico, mas somente a satisfação das perdas e dos danos em favor do prejudicado.

QUESTÃO 34

A nulidade absoluta (nulidade em sentido estrito) e a nulidade relativa (anulabilidade) do negócio jurídico são fenômenos ligados à sua invalidade. São anuláveis os negócios jurídicos, quando

- A) celebrados por pessoa absolutamente incapaz.
- B) for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- C) for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- D) presente vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

QUESTÃO 35

Há poucos dias, Carlos foi surpreendido pelo estrondo de uma janela de sua casa sendo quebrada. O dano foi causado por crianças do bairro que atingiram o vidro da janela com uma bola enquanto brincavam perto da casa. Para reparar o dano, Carlos mandou retirar o vidro e a esquadria metálica da janela quebrada. O vidro estilhaçado será descartado, mas a esquadria metálica, que está em perfeitas condições, encontra-se guardada na garagem da casa para ser reinstalada tão logo Carlos receba uma nova lâmina de vidro para a janela, que ele encomendou diretamente da fábrica.

De acordo com o Código Civil, considerando as especificidades do caso e sem prejuízo de outras classificações aplicáveis a esses bens, é correto afirmar que:

- A) a esquadria metálica que se encontra guardada é um bem móvel e o vidro quebrado é um bem materialmente consumível;
- B) a esquadria metálica que se encontra guardada é uma pertença da casa e o vidro quebrado é um bem juridicamente consumível;
- C) o vidro quebrado é uma pertença da casa e a nova lâmina de vidro que Carlos deverá receber é um bem materialmente consumível;
- D) a esquadria metálica que se encontra guardada é um bem imóvel e a nova lâmina de vidro que Carlos deverá receber é um bem móvel.



QUESTÃO 36

O processo só se estabelece plenamente com a participação de três sujeitos principais:

Estado, autor e réu. Considere as normas sobre capacidade processual e postulatória previstas pelo Código de Processo Civil, quanto à necessidade do consentimento do cônjuge para propor ação e assinale a afirmativa incorreta.

- A) o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob regime de separação absoluta de bens
- B) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família
- C) a falta de consentimento, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo
- D) apenas um dos cônjuges será citado quando a ação ter por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges

QUESTÃO 37

O art. 75 do Código de Processo Civil, dispõe que serão representados em juízo, ativa e passivamente. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- A) A União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado
- B) A herança jacente ou vacante, pelo inventariante
- C) A sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens
- D) A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar
- E) A pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores

QUESTÃO 38

Acerca das disposições do Código de Processo Civil sobre intervenção de terceiros, especialmente sobre o instituto da denunciação da lide, analise as afirmativas abaixo:

- I. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que dá evicção lhe resultam e àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- II. Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.

III. O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denúncia da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas

QUESTÃO 39

Leia, abaixo, o excerto do artigo 125 do Código de Processo Civil e assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

“É admissível _____, promovida por qualquer das partes, ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao _____, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam”

- A) a denúncia à lide / denunciante
- B) a oposição / opositor
- C) a assistência / assistente
- D) o chamamento ao processo / devedor

QUESTÃO 40

Em razão de um acidente de trânsito de que lhe advieram lesões corporais, André ajuizou ação em face de Bruno, pleiteando a sua condenação a lhe pagar verba reparatória de danos morais, no montante de dez mil reais, e bem assim de verba ressarcitória de danos materiais, esta na quantia de quinze mil reais. Depois do juízo positivo de admissibilidade da demanda e da citação de Bruno, este, observando que o valor da causa atribuído na petição inicial foi de um mil reais, pretende impugná-lo, a fim de vê-lo majorado para o patamar de vinte e cinco mil reais.

Nesse contexto, é correto afirmar que Bruno:

- A) deverá suscitar a questão por meio da arguição de preliminar em contestação, a qual será acolhida pelo juiz;
- B) deverá suscitar a questão por meio da arguição de preliminar em contestação, a qual será rejeitada pelo juiz;
- C) deverá suscitar a questão por meio do incidente de impugnação ao valor da causa, o qual será acolhido pelo juiz;
- D) deverá suscitar a questão por meio do incidente de impugnação ao valor da causa, o qual será rejeitado pelo juiz;

QUESTÃO 41

A contestação é a principal atitude do réu demonstrando vontade real de defesa no processo civil. Na contestação o réu pode alegar diversos pontos contrários ao pedido do autor. Assim sendo, assinale a alternativa que representa uma matéria a ser alegada pelo réu na contestação.

- A) Alegação de Suspeição do juiz.
- B) Alegação de Impedimento do juiz.
- C) Réplica
- D) Incorreção ao valor da causa.

QUESTÃO 42

Durante a vigência do Código de Processo Civil anterior, a Procuradoria da Fazenda Pública foi citada no processo para contestar o pedido, cuja regra processual previa a fluência do prazo contado em quádruplo. Todavia, a nova legislação processual civil começou a vigor durante a fluência desse prazo de resposta. Sabendo-se que esse novo Código estabeleceu o prazo contado em dobro para o poder público apresentar sua resposta e que as normas processuais novas se aplicam aos processos pendentes, é correto afirmar que o prazo da contestação daquele processo para a Fazenda Pública será contado em:

- A) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma processual atinge o ato jurídico pendente de manifestação;
- B) dobro, uma vez que a aplicação imediata da norma atinge todos os processos;

C) quádruplo, uma vez que a aplicação imediata da norma processual não incide na retroatividade da lei para atingir o ato jurídico perfeito e o direito adquirido;

D) quádruplo, uma vez que aplicação imediata da norma processual não deverá incidir nos processos já instaurados sob a égide da lei anterior;



QUESTÃO 43

Conforme o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa correta sobre os crimes de descaminho e contrabando.

- A) Incorre no dobro da pena quem pratica descaminho ou contrabando em transporte aéreo, marítimo ou fluvial.
- B) Incorre na mesma pena de descaminho quem reinsere, no território nacional, mercadoria brasileira destinada à exportação.
- C) Incorre em descaminho quem importa ou exporta mercadoria proibida.
- D) Incorre na mesma pena de contrabando quem pratica navegação de cabotagem, fora dos casos permitidos em lei.

QUESTÃO 44

A respeito dos crimes praticáveis por funcionário público contra a Administração em geral, previstos no Código Penal, o crime de peculato consiste em

- A) apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- B) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- C) inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.
- D) solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta sobre o crime de atribuição de falsa identidade previsto no Código Penal.

- A) A falsa identidade só se configura se for praticada por funcionário público.
- B) A pena para o crime de falsa identidade é de reclusão de 3 meses a 1 ano.
- C) A falsa identidade se configura quando alguém atribui a si ou a terceiro falsa identidade para obter vantagem apenas em processo administrativo.
- D) O crime de falsa identidade se configura mesmo que não haja obtenção de vantagem.

QUESTÃO 46

Em uma operação de fiscalização, um Guarda Municipal identifica uma pessoa realizando pichações em um patrimônio público. De acordo com o Código Penal, como este ato é classificado?

- A) Ato Infracional.
- B) Contravenção Penal.
- C) Exercício Arbitrário das Próprias Razões.
- D) Dano Qualificado.

QUESTÃO 47

O crime de denunciação caluniosa ocorre quando alguém:

- A) Acusa falsamente outra pessoa de fato ofensivo à sua honra.
- B) Acusa alguém de infração penal, sabendo ser inocente, provocando a instauração de investigação policial, de processo judicial, de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa.
- C) Presta informações falsas em processo judicial.
- D) Ameaça alguém para que confesse a prática de um crime.

QUESTÃO 48

Assinale a alternativa correta de acordo com o Código Penal.

- A) O crime de peculato não admite a modalidade culposa.
- B) Os mortos poderão ser sujeito passivo de crime, quando tiverem a sua honra atingida.
- C) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam entre os agentes do crime, salvo quando elementares do crime.
- D) Todo agente que participar de forma direta ou indireta de uma infração penal será considerado autor do crime para fins de penalização.



QUESTÃO 49

Gregório foi processado pelo delito de furto. No entanto, foi absolvido sumariamente, pois o magistrado entendeu que o caso narrado na denúncia não constitui crime. O Ministério Público, diante dessa decisão:

- A) Poderá interpor recurso em sentido estrito, com fulcro no artigo 581 do CPP.
- B) Pode opor embargos de declaração, vez que evidente que a decisão apresenta omissão e obscuridade.
- C) No caso, nada poderá fazer, pois incabível recurso no presente caso.
- D) Interpor recurso de Apelação.

QUESTÃO 50

Durante uma investigação de tráfico ilícito de entorpecentes, a polícia invadiu uma residência sem mandado judicial e autorização, alegando denúncia anônima. No local, encontrou entorpecentes e prendeu os ocupantes. A defesa requer o reconhecimento da ilicitude das provas. Diante da situação, é correto afirmar que:

- A) As provas são válidas, pois a denúncia anônima autoriza o ingresso em domicílio.
- B) A entrada sem mandado é válida quando o acusado é reincidente.
- C) O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação.
- D) As provas são lícitas, pois estavam em flagrante delito, o que dispensa mandado judicial.

QUESTÃO 51

Walter e Cláudio foram denunciados pelo Ministério Público como incurso nas sanções do crime de furto qualificado porque, no dia 17/05/2019, subtraíram para si mercadorias que estavam expostas para venda em uma loja de equipamentos automotivos. A peça acusatória foi recebida apenas em relação a Walter, tendo o juiz discordado da tipificação penal atribuída a Cláudio.

A decisão de rejeição parcial da denúncia foi objeto de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público. Em juízo de retratação, a decisão foi mantida pelo juiz, que determinou a intimação pessoal de Cláudio para oferecer contrarrazões ao recurso. Cláudio foi pessoalmente intimado e constituiu advogado particular. Verificando, porém, a inércia do advogado constituído por Cláudio, o juiz nomeou-lhe defensor dativo que prontamente peticionou nos autos para apresentar as contrarrazões recursais. A partir da situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta.

- A) A ausência de contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto contra decisão que rejeita a denúncia é mera irregularidade e não tem o condão de ensejar a nulidade do processo.
- B) A discordância quanto à tipificação penal permite que o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribua-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- C) A discordância quanto à tipificação penal atribuída a Cláudio pelo Ministério Público poderia ser feita pelo Juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, através do instituto da *mutatio libelli*, que, todavia, só pode ocorrer no momento da sentença.
- D) A decisão de rejeição parcial da denúncia inviabiliza a formação da relação processual quanto a Cláudio, que, a rigor, ainda não poderia ser considerado réu, motivo pelo qual sua intimação para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo Ministério Público é desnecessária.

QUESTÃO 52

Lucas comparece à sede da Justiça Federal no Município de Belo Horizonte/MG, para ser ouvido na qualidade de réu em uma ação penal em curso. Ao encontrar a vítima no corredor da repartição pública, Lucas dela se aproxima e começa a ameaçá-la de morte, com o objetivo de influenciar o conteúdo das suas declarações em juízo. Registre-se que, enquanto a infração penal está sendo cometida, a conduta é visualizada por Matheus, policial federal de serviço, e por Caio, particular que aguarda a sua esposa no corredor do fórum.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, Lucas está em flagrante:

- A) presumido, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- B) impróprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- C) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, deverá prendê-lo, enquanto Caio, particular, poderá proceder à prisão flagrancial;
- D) próprio, sendo certo que Matheus, na qualidade de policial, e Caio, particular que presencia a conduta, deverão proceder à prisão flagrancial.

QUESTÃO 53

Considerando as disposições do Código de Processo Penal acerca dos recursos em geral, assinale a alternativa incorreta:

- A) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- B) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- C) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que denegar o recurso.
- D) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundado em motivos que sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros que não recorreram.

QUESTÃO 54

A respeito do *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- A) A ordem de *habeas corpus* pode ser concedida de ofício pelo juiz ou pelo tribunal, seja em processo de competência originária ou recursal, desde que conhecidos a ação ou o recurso em que veiculado o pedido de cessação da coação.
- B) A decisão do *habeas corpus*, no Tribunal, será por maioria dos votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do presidente, se tiver participado da votação. Se o presidente não tiver tomado parte, proferirá o voto de desempate.
- C) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu próprio favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.
- D) No caso de petição de *habeas corpus*, não será concedida a ordem antes de prestadas as informações pela autoridade apontada como coautora.



QUESTÃO 55

Quatro funcionários públicos civis do estado de Pernambuco encontram-se nas seguintes situações: Frederico exerce mandato eletivo municipal; João está em gozo de licença para tratar de interesse particular; Sandro está à disposição de determinada entidade da administração direta do estado de Pernambuco, para exercer cargo de chefia; e Ana está licenciada para acompanhar seu cônjuge, que é funcionário civil e foi mandado servir em outro ponto do território nacional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Lei n.º 6.123/1968, assinale a opção que apresenta o(s) funcionário(s) que estará(ão) impedido(s) de ser(em) promovido(s) por merecimento enquanto estiver(em) nessas condições.

- A) Frederico, João, Sandro e Ana
- B) Frederico, João e Ana, somente
- C) Sandro, Frederico e Ana, somente
- D) Ana e João, somente

QUESTÃO 56

Conforme a Lei no 11.419/2006 e as alterações que ela promoveu no Código de Processo Civil, as cartas precatórias, rogatórias e de ordem podem ser expedidas por meio eletrônico. Qual é a exigência para a assinatura do juiz nesse caso?

- A) A assinatura do juiz deverá ser eletrônica, na forma da lei.
- B) A assinatura do juiz pode ser manual, desde que haja carimbo oficial do tribunal.
- C) A assinatura do juiz é dispensada, bastando a chancela eletrônica do sistema.
- D) A assinatura do juiz deve ser certificada por um tabelião, mesmo em meio eletrônico.

QUESTÃO 57

Considerando o que a Lei no 11.419/2006 estabelece sobre a remessa de autos de processos eletrônicos para outro juízo ou instância superior que não disponha de sistema compatível, qual é o procedimento a ser adotado?

- A) Os autos devem ser remetidos por meio físico, sem necessidade de impressão ou autuação.
- B) Os autos deverão ser impressos em papel, ainda que de natureza criminal ou trabalhista, ou pertinentes a juizado especial.
- C) O processo deve ser suspenso até que o juízo destinatário adquira um sistema compatível.
- D) A remessa é feita por meio digital em mídia externa, como CD ou DVD.

QUESTÃO 58

Segundo a Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, qual a correta atribuição de responsabilidade ao usuário em relação ao seu credenciamento e uso da assinatura digital?

- A) O usuário é responsável apenas pela guarda da assinatura digital, e não pela exatidão das informações fornecidas no credenciamento.
- B) A responsabilidade pela exatidão das informações prestadas no credenciamento e pela guarda e sigilo da assinatura digital recai sobre o Conselho Nacional de Justiça, em caso de uso indevido.
- C) O usuário é responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura digital, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido.
- D) A alegação de uso indevido da assinatura digital é passível de ser oponível pelo usuário, desde que devidamente justificada.

QUESTÃO 59

O Art. 5o da Resolução CNJ no 185, de 18 de dezembro de 2013, trata da distribuição de processos no Sistema PJe. Considerando as disposições desse artigo, assinale a alternativa correta:

- A) A distribuição dos processos se realizará prioritariamente pela ordem cronológica de chegada, sem considerar outros critérios para a divisão de carga de trabalho dos magistrados.
- B) É permitido criar funcionalidade no sistema para exclusão prévia de magistrados do sorteio de distribuição em casos de impedimento ou suspeição declarados.
- C) A distribuição em qualquer grau de jurisdição será necessariamente automática e realizada pelo sistema imediatamente após o protocolo da petição inicial.
- D) O sistema PJe fornecerá indicação de possível prevenção com processos já distribuídos, não cabendo ao magistrado a atribuição de analisar a existência de tais casos.

QUESTÃO 60

De acordo com a Lei Federal no 14.133/2021: " : indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública."

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- A) Órgão público
- B) Agente público
- C) Contratante
- D) Contratado

A **Prova Discursiva** será realizada na mesma data e horário da prova objetiva e será composta de **1 (uma) questão de conhecimentos específicos** constante no Anexo III do Edital. Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, observando os critérios de correção estabelecidos no quadro abaixo:

Item	Critérios de Correção	Pontuação Máxima
1	ESTRUTURA: o conteúdo apresentado pelo candidato deve ser um texto predominantemente dissertativo-argumentativo, devendo constituir-se de um conjunto articulado de ideias relacionadas ao tema proposto.	3
2	CONTEÚDO: análise das ideias fundamentais do texto observando a fidelidade ao tema proposto; consistência e relevância argumentativa; progressão temática; e senso crítico do candidato.	5
3	EXPRESSÃO: adequação vocabular e emprego do registro culto da língua portuguesa; clareza na apresentação das ideias; coesão e coerência.	2

Para o desenvolvimento da Prova Discursiva, o candidato deverá redigir com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado, que estiver rasurado, ilegível ou incompreensível.

Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido ou ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecida.

Será atribuída nota zero à Prova Discursiva:

- a) que estiver em branco;
- b) cujo conteúdo for diverso do tema estabelecido;
- c) que fugir da tipologia, tema e proposta da Prova Discursiva;
- d) considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do português;
- e) que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta;
- f) que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato;
- g) que tiver extensão inferior ao mínimo de linhas estabelecido.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Todos os ramos do direito são marcados por princípios peculiares, que influenciam intensamente o ordenamento jurídico, identificando-se aqueles que estão previstos de forma expressa na lei, e outros que se encontram implícitos no sistema jurídico. É importante notar que existem princípios que estão descritos na própria Constituição da República, e que, portanto, são considerados princípios constitucionais, tendo sido introduzidos, progressivamente, na consciência do povo, durante uma evolução histórica.

Na realidade, os princípios constitucionais funcionam como uma bússola para toda a legislação infraconstitucional. Da mesma forma, os princípios gerais de direito permeiam o sistema jurídico-normativo, caracterizando-se como elementos fundamentais da cultura jurídica e cânones que não foram ditados explicitamente pelo elaborador da norma, mas que estão inseridos no ordenamento jurídico como normas de valor genérico, capazes de orientar a compreensão, aplicação e integração do direito.

É preciso se ter presente que os princípios, sejam princípios constitucionais ou princípios gerais de direito, sempre marcaram a ciência jurídica, e isto se justifica pelo fato de que se fundam em premissas éticas extraídas da lei, sendo verdadeiros focos de luz, capazes de iluminar e orientar o intérprete da norma.

Fonte: Disponível em https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista42/Revista42_130.pdf. Acesso em 11/8/2025

A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA, LEGALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E IMPESSOALIDADE NO JUDICIÁRIO

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Transcreva a resposta da redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

PÓS-EDITAL



SIMULADÃO
TJPE
TÉCNICO JUDICIÁRIO
PROVA OBJETIVA + REDAÇÃO

1.C

2.B

3.D

4.B

5.A

6.B

7.D

8.B

9.A

10.A

11.A

12.D

13.B

14.C

15.D

16.B

17.A

18.B

19.A

20.B

21.C

22.C

23.D

24.D

25.A

26.A

27.D

28.D

29.D

30.C

31.B

32.B

33.D

34.D

35.D

36.D

37.B

38.A

39.A

40.A

41.D

42.C

43.A

44.A

45.D

46.D

47.B

48.C

49.D

50.C

51.B

52.C

53.D

54.C

55.B

56.A

57.B

58.C

59.C

60.B

AULÃO PRESENCIAL NO RECIFE

PROVA DE VESPERA

**TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

TÉCNICO JUDICIÁRIO



**11 de
abril**



**A partir
das 8h**



Auditório do Rio Mar Trade Center
Av. República do Líbano, 251 Pina, Recife/PE



EstouPreparado.com.br

